

Reconciliar História e Memória?

Philippe Joutard

(tradução de Afonso Henriques Neto; revisão de Benjamin Albagli Neto)

I. A MEMÓRIA E A HISTÓRIA, DUAS ABORDAGENS ANTAGÔNICAS DO PASSADO?

DOIS TIPOS DE VÍNCULO COM O PASSADO

Iniciemos pelo mais simples, recordando alguns traços que diferenciam memória e história, mesmo se tal coisa parecer elementar ou banal. Ambas têm em comum a representação do que foi e não é mais. Contudo, a ligação delas com o passado se faz de maneira distinta.

A memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos. Para empregar a expressão de Paul Ricoeur, há um fenômeno de “reconhecimento”. Mas, sem paradoxo algum, o que se faz constitutivo da memória é o “esquecimento”. A memória é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns fatos. O esquecimento é de duas ordens: há o esquecimento daquilo que parece insignificante e não merece ser lembrado; e há o “esquecimento de ocultação”, o esquecimento voluntário, aquele do qual não se quer ter lembranças, porque ele perturba a imagem que se tem de si. A memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar este passado. Ela se define ainda pela capacidade de recorrer ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, que não são visões falsas da realidade, mas uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade.

No sentido estrito do termo, não existe memória que não seja individual. Não é, contudo, abusivo falar, paralelamente, em memória coletiva, ainda que muitos especialistas de ciências sociais contestem o termo. Mesmo sem ter lido o sociólogo francês Maurice Halbwachs, basta se ter uma longa prática no recolhimento de informação oral para que se verifique sua pertinência. O método de sondagem suscita uma outra prova. Tenho, de minha parte, procurado distinguir quem são hoje “os heróis da história da França”, a partir de duas questões simples - uma aberta, que diz: “se você pudesse conversar com um personagem da história da França, quem você escolheria?”; e outra, fechada: em lista de 13 nomes, indicar aquele que nos é mais simpático. De modo muito rápido, distinguem-se os nomes mais votados, os mais fortes; existe uma coerência e uma lógica. Por certo, neste caso, na lista das instituições, a mais global e poderosa, o Estado, é sempre determinante; a seguir, a escola, mas não apenas ela.

A história, já de saída, instaura uma distância; na grande maioria dos casos, o historiador não viveu o passado que descreve, a ligação afetiva e pessoal não é espontânea, mesmo que o assunto estudado pelo historiador tenha alguma relação com sua própria história. Mas, sobretudo, sua atitude em relação ao estudo o obriga a adotar um distanciamento. Para recuperar a etimologia grega, a história é uma “investigação”. O historiador deve combater o esquecimento e não pode se permitir negligenciar os fatos importantes, mesmo se ele os hierarquiza e os classifica. Ele deve utilizar todas as fontes. Em particular, existe um vínculo privilegiado com a escrita. Do ponto de vista científico, a disciplina histórica se constituiu a partir de uma crítica da tradição oral, daí a desconfiança espontânea de muitos historiadores em face da fonte oral. Seu desenvolvimento está, pois, em estreita relação com a amplitude e a importância dos arquivos. Enfim, e isto não é o menos importante, por muito tempo “a dependência da história” em face do poder foi real (os historiadores do rei): ainda perdura um interesse prioritário dos historia-

dores pelos fenômenos do poder e pela política, que não abrange toda a realidade do passado.

Memória e história são, assim, duas vias de acesso ao passado paralelas e obedientes a duas lógicas distintas. Desse modo, Paul Ricoeur opõe “a fidelidade da memória” à “verdade da história”. Hoje elas parecem antagonistas.

O ANTAGONISMO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA HOJE

Para mostrar a relevância do problema, partirei de três exemplos. Primeiro uma narrativa pessoal: por várias vezes tive ocasião de integrar, e de vez em quando de promover, os encontros entre resistentes e historiadores da resistência (período de 1940-1944, época da luta contra o nazismo). Em geral, esses encontros eram malsucedidos, a incompreensão era grande e o mal-entendido, profundo – “você não compreendem nada daquilo que nós vivemos, você deturpam os testemunhos que nós damos em toda confiança, você aguardam nossa morte para poder dizer tranqüilamente o que têm vontade de dizer...”, falavam os resistentes dessa maneira ou de algum modo similar. “Vossa memória é infiel, como aliás todas as memórias, você mitificam, deformam; os escritos, os documentos mostram, provam”, replicam os historiadores da resistência. Era necessária toda a diplomacia dos presidentes das sessões para evitar confrontos mais sérios.

O segundo exemplo é mais conhecido. Em 1986, Claude Lanzmann lança o filme *Shoah*, sobre a “solução final”, o extermínio dos judeus pelos nazistas. O filme é inteiramente composto de depoimentos orais (de todas as naturezas, tanto das vítimas quanto dos algozes ou de simples testemunhas), sem o menor recurso aos documentos escritos. No sentido estrito do termo, é um filme de história oral. Foi uma opção deliberada do autor, justificada exaustivamente por ele, e em muitas oportunidades. Para ele, só a memória é capaz de dizer o indizível, de narrar a *Shoah*. A história, com sua utilização de fontes escritas cruzadas, sua recontextualização, suas expli-

cações, é uma traição. Ele emprega uma expressão muito forte, “a história é obscena”. Ao buscar sempre uma explicação, ela acaba por desculpar, banalizar, não ficando distante da posição daqueles que negam a realidade da *Shoah* ou simplesmente a relativizam.

Terceiro exemplo: hoje na França – mas o fenômeno não é exclusivo de meu país – a memória suplantou a história, os políticos falam assim constantemente “do dever da memória”, e todas as instituições consagradas à salvaguarda do passado utilizam a palavra “memória” em seu título. Por exemplo, em 1997 o governo francês criou um “Alto Conselho da Memória Combatente”, e em novembro de 1998 este Conselho recruta jovens para recolherem os testemunhos dos antigos combatentes, chamados de “guardiões da memória”. Pierre Nora fala a este propósito de “era da memória generalizada”, e a grande obra editorial que ele coordenou de 1980 a 1992, *Les lieux de mémoire*, é, a um só tempo, explicação e partícipe do fenômeno.

O historiador se sente, assim, marginalizado e contestado. Para retomar o título de um livro de uma historiadora da *Shoah*, trata-se de “a era da testemunha”, e esta está sempre num plano superior àquele que escuta o depoimento.

DA DOMINAÇÃO DA HISTÓRIA À DOMINAÇÃO DA MEMÓRIA: AS RAZÕES DO RECUO DA HISTÓRIA

Este mal-entendido é relativamente recente, tem cerca de vinte anos, mas suas origens são mais longínquas.

A princípio, havia um tempo, o século XIX e a primeira metade do XX, em que a história triunfante ocupava todo o espaço de relação com o passado, abrangendo inteiramente o campo da memória histórica. É assim que o grande historiador romântico Michelet via na história “a ressurreição integral do passado”, o que se junta à definição de Paul Ricoeur como reconhecimento daquilo que foi.

Mesmo quando ela se quis científica na Alemanha e na França, seu propósito principal era o reforço do sentimento nacional e a legitimação da política do país, principalmente quando se tratava

de criar uma nação que ainda era desprovida de Estado. A ligação entre a história e a identidade é primordial no caso da memória.

Essa história possuía numerosas características da memória, a começar pela sua faculdade de esquecimento e de deformação, e isto em relação estreita com a identidade a que devia servir. Tomemos o exemplo francês: as origens da França se limitam a um só povo, “nossos ancestrais, os gauleses”. Foram esquecidos, portanto, os gregos, que são anteriores. A mais antiga cidade francesa não é Marselha, fundada em torno de 600 d. C. pelos gregos da Ásia? Ainda mais esquecidos estão os povos anteriores que encontraram os gauleses chegando da Europa central. Vinte séculos mais tarde, essa história esquece alegremente a devastação do Palatinat por Luís XIV e se omite de explicar aos alunos que um dos criadores do nacionalismo germânico é o próprio Napoleão com suas conquistas. Deformação? Carlos Magno, coroado em Roma rei do Sacro Império Romano-Germânico, cuja capital era Aix-la-Chapelle (ou Aachen, em alemão), tornou-se um soberano francês, ainda que ele pudesse ser reivindicado igualmente pelos alemães... Esta história é como a memória maniqueísta, com os bons e os maus, e unanimista: as minorias e os vencidos não têm direito à cidadania. Por si só, essa história-memória mereceria uma análise. Poderíamos fazer a mesma demonstração para as outras “narrativas nacionais”.

Esta história-memória se vê constantemente enfraquecida após a guerra de 1914 em virtude de razões de naturezas diversas, umas realçando a própria história como disciplina, outras — mais numerosas —, a evolução da sociedade.

A pavorosa carnificina dessa guerra, estréia da barbárie e da extrema violência do século XX, desconsiderava uma história que lhe havia fornecido sua justificação. A história-memória nacional era uma “história homicida”.

O movimento dos *Annales*, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, desvalorizava este tipo de história estritamente política e factual, centrada em torno de alguns grandes personagens. Os *Annales* acusavam a história clássica de negligenciar a maior parte das

realidades humanas. Próximo da antropologia, ele coloca em cena atores até então ignorados por serem mais modestos e menos visíveis.

Os *Annales* faziam uma crítica política da história tradicional, como sendo uma história apenas das elites e do poder que desconsiderava a história da maioria.

Essa corrente foi reforçada após a Segunda Guerra Mundial, em fins dos anos 60 e durante a década de 1970 - no que ficou conhecido como os movimentos de 1968. Nessa época, foram postas em destaque todas as formas de marginalidade como atores privilegiados da história: os operários, os emigrantes, os camponeses pobres, as minorias étnicas, as mulheres.

Sem ser exatamente idêntico, o fenômeno *roots* (“raízes”) na década de 1970 segue o mesmo sentido. Faço aqui alusão ao enorme sucesso em todos os países ocidentais do folhetim televisado do autor americano Alex Haley, que narra a memória de uma família negra americana após o período da escravidão: dessa vez os Estados Unidos não são mais encarnados pelos WASP (White Anglo-Saxon Protestants). É o início de um recurso afetivo ao passado e da era da memória generalizada, antídoto à evolução muito rápida das economias e das sociedades capitalistas (primeira forma das reações contra o que desde então passou a ser chamado de “mundialização”).

O desenvolvimento da história oral está diretamente relacionado com esses movimentos das sociedades convergentes ou, dito de outra forma, uma história mais democrática, uma história dos excluídos da história, o retorno à raiz. Esses grupos têm pouco acesso à escrita, e a enquete oral permite lhes dar a palavra. Um livro simboliza bem o período, aquele de Nuto Revelli, *Le monde des vaincus*. A história oral é considerada uma banalidade que se apóia essencialmente na memória e nos testemunhos. Alguns vão mesmo mais longe e vêem tudo isso como a maneira de se ter acesso a uma outra história, aquela dos excluídos da história, que se confundem com os excluídos da escrita.

Os documentos escritos tradicionais são incapazes de dar conta das grandes catástrofes humanas do século, no que elas têm de indizível, a violência e a desumanização absolutas. Desse ponto de vista, o filme de Lanzmann mostra o caminho. Mas a violência extrema e os genocidas não se detiveram com a *Shoah*, ainda que esta conserve sua singularidade.

O tempo da história é então substituído pelo tempo da memória, que rejeita não apenas a história-memória nacional, mas desvaloriza toda forma de história por sua ligação com o poder.

2. SUPERAR UMA OPOSIÇÃO ESTÉRIL

DUAS MEMÓRIAS?

Para ultrapassar esta oposição, é necessário repensar a ambigüidade da noção de memória hoje. Assim, sou obrigado a constatar que não há medida comum entre a memória que geralmente percebo quando faço uma investigação de história oral e a memória que assume o primeiro plano e quer tomar o lugar da história, retomando todos os traços “negativos” atribuídos a ela por seus adversários.

De um lado, “uma memória modesta”, pouco segura dela mesma, que começa sempre por “eu não tenho nada a dizer, minhas lembranças não têm interesse, você deveria procurar o senhor ou a senhora X, ele ou ela é que sabem”; a memória daqueles que devem ser, antes de tudo, convencidos de que são atores da história. Sem o historiador, sem o pesquisador, eles jamais falariam. Depois de algumas banalidades, eles se arriscam a dizer coisas insólitas, imprevisíveis, que desorganizam as idéias aceitas, o “pequeno feito da verdade” que confere sentido a toda narrativa. Tomarei como exemplo uma pesquisa de minha esposa, Geneviève Joutard, já concluída no começo da década de 1980, realizada com uma judia deportada para Auschwitz, Clara Aben, que nunca havia comentado esse assunto, nem mesmo com seus filhos. Relatando a sua prisão e as da mãe e da irmã (ela foi a única sobrevivente), acrescenta este detalhe espantoso: “Eles nos puseram em um táxi e nos fizeram pagar a corrida

até o centro de detenção”. Uma parte da *Shoah* está neste detalhe: associar as vítimas ao seu próprio aniquilamento. São esses tipos de pormenores que dão o sentimento de alcançar uma outra realidade, de poder, por seus testemunhos, escrever uma “outra história”, mais próxima do passado tal qual se viveu, porque eles nos fazem partilhar, segundo a bela expressão de Paul Ricoeur, “a pequena felicidade do reconhecimento”. Assim como a mesma Clara Aben, ao imitar a fome que sentia quando via um dos guardiões SS comendo um salsichão. No momento em que ouvimos — ou melhor, vimos — esta narrativa, compreendemos o ponto de vista de Lanzmann ao realizar seu filme unicamente com testemunhas.

Ao fazermos uso de testemunhas, discernimos o seu caráter insubstituível e não podemos mais nos resignar ao antagonismo entre memória e história.

Porém, no sentido inverso, é compreensível a exasperação do historiador — e eu mesmo já passei por isso —, quando ele encontra “uma memória orgulhosa”, dominadora e plena de certezas, que apresenta uma visão de mundo perfeitamente organizada, com resposta para tudo. Ela preexiste ao pesquisador, pois não tem necessidade dele para se constituir. Todos aqueles que trabalham com a história oral já entrevistaram certas testemunhas que, mal se liga o gravador, recitam um discurso sem nenhuma surpresa. Quando o analisamos, percebemos que a parte das lembranças pessoais é frágil, preponderando as referências escritas, frequentemente obtidas por empréstimo à história ou, ao menos, a uma certa forma de história que se presta à simplificação memorialista. Esta memória utiliza todas as formas de fixações de lembrança, a festa, a comemoração. O vestígio da escola é visível, mas também das mídias, a fotografia, o filme, a televisão. Na realidade, ela é em primeiro lugar coletiva, antes de ser individual. Tomou o lugar da história-memória do século XIX, sem se preocupar com as referências científicas. Pois, na verdade, ela faz parte do poder dominante e da opinião majoritária. Assegura a coesão social e política em um mundo atomizado onde cresce o individualismo. E o que é ainda mais grave, ela se torna

um poderoso instrumento de enquadramento e de mobilização nas ditaduras e, por uma razão mais forte, nos sistemas totalitários. Porém, não há necessidade de mencionarmos esses casos extremos. Esta memória se torna facilmente um instrumento de morte: “matamos em nome da memória”; e penso aqui nos conflitos dos Bálcãs na Europa, conflitos de memórias, mas também no Oriente Médio e na África negra.

Em face dessas derivações memorialísticas, o trabalho — e também o dever — do historiador é fazer da memória um objeto da história para expor o seu caráter construído, revelando as suas fraquezas e a sua instrumentalização. Mas isso é um outro assunto.

EM DEFESA DE UMA HISTÓRIA MODESTA

A história não está, por seu turno, isenta de censura: existe também um dogmatismo da história, para não dizer um triunfalismo, absolutamente insuportável, em particular um fetichismo do documento escrito, um tanto ingênuo, como um reflexo do real. A desconfiança que alguns têm em relação à fonte oral se transforma em confiança cega, quando se trata do escrito, com mais forte razão se este escrito toma a forma de fontes científicas aparentemente incontestáveis. Penso aqui na ilusão da objetividade das estatísticas que, como todos deveriam saber, dependem também das classificações “retidas” — ou seja, das informações não disponibilizadas ao público —, o que faz da estatística, portanto, igualmente, uma construção. Quanto mais um documento parecer objetivo, mais a crítica histórica deve se interrogar sobre a sua subjetividade.

Uma outra expressão desse dogmatismo, herança do período em que a história se constituiu como disciplina científica (o que chamamos de história positivista), é uma visão simplista demais do verdadeiro ou do falso. O historiador não se interroga o suficiente sobre a significação do erro ou do falso. Em outras ocasiões já discuti longamente essa questão. Não retornarei ao assunto, senão para repetir que, em história, tudo é documento e tudo deve ser interpretado: há uma verdade nos erros, e nas deformações da realidade.

Gostaria, ainda assim, de me referir a um caso, porque ele diz respeito a uma pesquisa da brasileira Janine Amado. Este exemplo é emblemático, por isso eu o cito com frequência.

Janine Amado realizava na ocasião uma pesquisa na região central do Brasil sobre uma revolta de camponeses sem terra, por volta da década de 1960. Um dia ela obtém um testemunho que, a princípio, surpreendeu-a por sua qualidade e originalidade. Entretanto, logo ela constatou muitas inverossimilhanças e informações que não condiziam com os outros testemunhos, de modo que ela desistiu de utilizar essa testemunha, que deve ter inventado todo o seu depoimento. Ainda assim, ela guardou as fitas cassete e prosseguiu com a sua pesquisa. Enfim, por descargo de consciência, ela escuta mais uma vez as fitas que a intrigam. Alguma coisa nelas desperta a sua lembrança. Ouve as fitas de novo, repetidas vezes; repentinamente, ela se dá conta: relê a famosa obra de Cervantes, *Don Quijote*, e percebe que, em realidade, a testemunha utilizara esse grande clássico como base para narrar e reinterpretar a revolta que ele tinha vivenciado. Ele quis, por meio desse recurso, conferir uma dimensão universal ao acontecimento. Desnecessário dizer que se trata de uma região onde a cultura oral é dominante e em que a grande maioria dos camponeses são analfabetos...Mas que conheceu a difusão oral de muitos grandes clássicos. Este testemunho “específico” nos traz muito mais do que outros, corretos no plano dos fatos, mas como se diz em francês, “em segundo grau”: sobre o tipo de cultura do mundo camponês, sobre as relações entre oral e escrito, sobre a imagem que se quer deixar da revolta e várias coisas mais – não as desenvolvo para não alongar a minha exposição. Janine Amado teve a ótima intuição de guardar as fitas cassete e de não se ater apenas à coleta de fatos verídicos.

O historiador deve admitir também que ele jamais esgota a realidade, porque a visão de cada um nós permanece parcial: um outro historiador, tão honesto e competente quanto o primeiro, com os mesmos testemunhos, pode chegar a conclusões sensivelmente diferentes, com mais razão ainda se ele pertencer à geração seguinte ou

a uma outra cultura, mesmo próxima. É suficiente ver a que ponto nossas diversas histórias nacionais se enriquecem com os olhares dos historiadores estrangeiros. Porém, o conjunto da comunidade de historiadores não pode jamais pretender reconstituir integralmente o real, mesmo multiplicando ao infinito os pontos de vista. A experiência de um resistente, de um deportado, de um prisioneiro, de um torturado, não é totalmente transmissível — como, aliás, de modo mais geral, a experiência de cada um de nós. Ela desaparece com aquele que a vivenciou. Desse ponto de vista, as críticas das testemunhas aos historiadores, evocadas por mim no início deste texto, contêm sua parte de verdade. Mas a perspectiva histórica é apenas uma das possíveis aproximações da realidade. O campo da arte, o campo da literatura possuem a mesma legitimidade. A obra de Jorge Amado é um magnífico exemplo aqui no Brasil.

POR UM REFORÇO MÚTUO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

A reconciliação começa com este mútuo reconhecimento dos limites da memória e da história: investir-se, uma e outra, de modéstia, e saber que suas aproximações do passado são parciais.

Conclui-se, assim, que os dois campos se fortalecem a partir da mútua colaboração.

A memória tem todo o interesse de se submeter ao olhar histórico; é sua melhor “garantia de sobrevivência”. A história, de fato, possui a vocação de ir além das particularidades e, como toda disciplina científica, estabelece uma certa forma de linguagem universal que transcende os espaços e as diferentes épocas. Para tomar os casos mais dramáticos do século XX, as incontáveis vítimas das diversas opressões não têm o que temer da história, que irá validar o essencial de sua palavra, mas sim de toda memória não submetida à crítica histórica. Com efeito, é sempre possível “relativizar” esta memória, opor-lhe uma outra falsificada e explicar em seguida que cada qual tem seu valor e contém sua parte de verdade. Aqueles que não têm interesse na historicidade das memórias são os que negam as torturas, os desaparecimentos e os genocídios. Na Europa vimos

tal coisa a propósito daqueles que negam a “solução final” e jogam muito com a noção de relativismo.

A história tem, do mesmo modo, todo o interesse em escutar e respeitar a memória. Esta previne aquela, antes de tudo, “contra a tentação do determinismo”, na medida em que, como diz Paul Ricoeur, ela reencontra o passado como presente, tendo um futuro aberto; ora, o determinismo é um dos pecados maiores do historiador, tão condenável quanto o anacronismo.

E, por fim, a história não pode ser a ressurreição integral do passado, mas a memória pode lhe fornecer o fio de Ariadne, o vínculo carnal do qual ela, ainda assim, tem necessidade para tornar o passado inteligível. Ela o faz escutar outras vozes que iluminam os fragmentos de realidades passadas.

Tomarei a liberdade agora de aludir à minha experiência pessoal. Descobri a história oral no fim da década de 1960, quando eu estudava as narrativas escritas sobre uma revolta camponesa da qual se comemorou em 2004 o tricentenário: a Revolta dos Camisards. Eram camponeses protestantes que defendiam sua religião, que era, simultaneamente, sua cultura, numa época em que o protestantismo havia sido proibido por Luís XIV, no fim do século XVII. Existia ainda uma forte tradição oral e era esta tradição que eu recolhia. Ela me forneceu algumas informações precisas, mas também muitas histórias rearranjadas, misturadas a contos e lendas, alimentadas por toda uma série de tradições folclóricas. E, entretanto, posso assegurar que esta tradição oral, mesmo com suas deformações e seus erros no “sentido literal do termo”, ensinou-me mais sobre o funcionamento da guerrilha Camisard e sobre a mentalidade dos camponeses protestantes do que a maior parte das narrativas escritas, consideradas mais confiáveis.

Irei ainda mais longe: penso que em relação aos acontecimentos mais trágicos e dramáticos da história (e tenho em mente, em especial, as tragédias do século XX), só, no final das contas, a força da memória dos sobreviventes permite narrar e compreender o indizível, o incompreensível.

Uma última palavra. Esta harmonia reencontrada entre história e memória pode parecer um voto piedoso ou uma conclusão retórica e teórica. Contudo, temos muitos exemplos de uma tal reconciliação. Eu encontro a maior parte deles nos trabalhos da história oral. Eis porque me alegro de ver o dinamismo desta forma de história no Brasil.

